



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 91/XII/ 2.ª SL

Aos 26 dias do mês de Setembro de 2012, pelas 09:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:30

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 88/XII e 89/XII, relativas às reuniões de 18 e 19 de setembro.

2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para discussão da Apreciação Parlamentar n.º 29/XII/1.ª (PCP) – Decreto-Lei n.º 145/2012, de 11 de Julho que "Aprova a orgânica do laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P."

3. Apreciação e votação dos requerimentos do PS para audição do Presidente da Caixa Geral de Depósitos e do Ministro da Economia e do Emprego, para prestarem esclarecimentos relacionados com o abandono do projeto turístico do GRUPO SAIP no Alqueva.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 80/XII/1.ª (GOV) – Aprova o regime de acesso e exercício das atividades de realização de auditorias energéticas, de elaboração de planos de racionalização dos consumos de energia e de controlo da sua execução e progresso, nomeadamente mediante a emissão de relatórios de execução e progresso, no âmbito do sistema de gestão dos consumos intensivos de energia (SGCIE) e no âmbito de aplicação do regulamento da gestão do consumo de energia para o sector dos transportes, aprovado pela Portaria n.º 228/90, de 27 de Março, alterando o Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril.

Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 83/XII/1.ª (GOV) – Aprova os regimes jurídicos de acesso e exercício da profissão de motorista de táxi e de certificação das respetivas entidades formadoras

Relatora: Deputada Ana Paula Vitorino (PS)

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 88/XII/1.ª (GOV) – Aprova o regime sancionatório do sector energético, transpondo, em complemento com a alteração aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, as



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 91/XII/ 2.ª SL

Diretivas n.ºs 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural e revogam as Diretivas n.ºs 2003/54/CE e 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003

Relatora: Deputada Hortense Martins (PS)

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 89/XII/1.ª (GOV) – Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno

Relator: Deputado Duarte Cordeiro (PS)

8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à inspeção técnica periódica dos veículos a motor e seus reboques e que revoga a Diretiva 2009/40/CE e Anexo [COM(2012)380], a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 1999/37/CE do Conselho relativa aos documentos de matrícula dos veículos [COM(2012)381], Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à inspeção técnica na estrada dos veículos comerciais que circulam na União e que revoga a Diretiva 2000/30/CE e Anexo [COM(2012)382]

Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)

9. Outros assuntos.

10:00

Audiência à AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares, sobre o sistema de pagamentos eletrónicos utilizando os cartões de débito e de crédito, na sequência de um requerimento do PSD.

09:30

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 88/XII e 89/XII, relativas às reuniões de 18 e 19 de setembro.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 91/XII/ 2.^a SL

Submetidas à votação, foram as atas n.^{os} 88/XII/2.^a e 89/XII/2.^a, relativas às reuniões de 18 e 19 de setembro, aprovadas por unanimidade, registrando-se a ausência do BE e do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para discussão da Apreciação Parlamentar n.º 29/XII/1.^a (PCP) – Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de Julho que "Aprova a orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P."

O Senhor Presidente fez o enquadramento deste ponto da ordem do dia, referindo que a solicitação do PCP era feita ao abrigo do n.º 4 do artigo 192.º do Regimento e que, não havendo oposição de nenhum grupo parlamentar, agendar-se-ia a discussão para uma futura reunião da Comissão, com convite ao Governo, que tem direito a participar.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) referiu que o Senhor Presidente tinha dito o essencial sobre o requerimento do PCP e que dispensava mais considerações.

Usaram da palavra, para dar anuência à discussão em Comissão, os Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Nuno Matias (PSD) e Hélder Amaral (CDS-PP).

3. Apreciação e votação dos requerimentos do PS para audição do Presidente da Caixa Geral de Depósitos e do Ministro da Economia e do Emprego, para prestarem esclarecimentos relacionados com o abandono do projeto turístico do GRUPO SAIP no Alqueva.

De seguida, o Senhor Deputado Basílio Horta (PS) apresentou os requerimentos, recordando que este investimento fazia parte de um conjunto de três investimentos – um da Portucel, um da Altri e este –, sendo que os outros dois foram concretizados e este estava em vias de o ser, de forma faseada, mas, em função das dificuldades de financiamento, por falta de crédito por parte da CGD, o promotor do investimento entrou em processo de falência. Afirmou ainda que era importante conhecer o porquê desta tomada de decisão e saber o que fez o Ministro da Economia e do Emprego a este respeito.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) concordou em que se deveria conhecer as razões da tomada desta decisão, pelo que fazia sentido ouvir a Caixa Geral de Depósitos. Já não concordou com a audição do Ministro da Economia e do Emprego, para não se misturar os



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 91/XII/ 2.^a SL

decisores políticos na decisão de uma entidade bancária, que não deve ser condicionada no momento técnico das decisões de financiamento.

Por parte do Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) foi expressada concordância com a audição da CGD, para se perceber o que falhou neste projeto estruturante para aquela região do País. Afirmou ainda que, depois dessa audição, poderá entender-se necessário ouvir o Ministro da Economia e do Emprego, mas parecia-lhe prematuro estar a aprovar essa audição neste momento.

Por sua vez, o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) lembrou que o projeto tinha o apoio do Ministério da Economia e do Emprego, através do QREN, e que se justificavam inteiramente as duas audições propostas.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Basílio Horta (PS), para lembrar que os investimentos não se fazem sem intervenção séria do Estado e que era preciso conhecer o país e a realidade empresarial. Defendeu que era preciso saber como é que o Governo vê os projetos das empresas e se vai fazer alguma coisa para recuperar este projeto. Concluiu afirmando que, se não houver acordo quanto à audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, fará a apresentação de um requerimento potestativo e esclarecendo que, quanto à CGD, o que se pretende é a audição do seu administrador executivo.

Também o Deputado Nuno Matias (PSD) usou de novo da palavra, para referir que, quanto à audição do Senhor Ministro, o PS poderia sempre colocar-lhe a questão na audição regimental ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) reiterou a sua opinião de que era razoável ouvir as razões de quem deveria ter financiado o projeto e não financiou e perceber quais os critérios e prioridades da CGD e depois fazer uma análise sobre o que está a falhar e só então colocar a questão ao Senhor Ministro, no âmbito das audições regimentalmente previstas.

Submetido à votação, foi o requerimento para ouvir a CGD aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 91/XII/ 2.ª SL

De seguida, foi submetido à votação o requerimento para ouvir o Ministro da Economia e do Emprego, tendo o mesmo sido rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 80/XII/1.ª (GOV) – Aprova o regime de acesso e exercício das atividades de realização de auditorias energéticas, de elaboração de planos de racionalização dos consumos de energia e de controlo da sua execução e progresso, nomeadamente mediante a emissão de relatórios de execução e progresso, no âmbito do sistema de gestão dos consumos intensivos de energia (SGCIE) e no âmbito de aplicação do regulamento da gestão do consumo de energia para o sector dos transportes, aprovado pela Portaria n.º 228/90, de 27 de Março, alterando o Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril.

Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 83/XII/1.ª (GOV) – Aprova os regimes jurídicos de acesso e exercício da profissão de motorista de táxi e de certificação das respetivas entidades formadoras

Relatora: Deputada Ana Paula Vitorino (PS)

A Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS) apresentou sucintamente o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 83/XII/1.ª.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 88/XII/1.ª (GOV) - Aprova o regime sancionatório do sector energético, transpondo, em complemento com a alteração aos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, as Diretivas n.os 2009/72/CE e 2009/73/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelecem as regras comuns para o mercado interno da eletricidade e do gás natural e revogam as Diretivas n.ºs 2003/54/CE e 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2003



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 91/XII/ 2.ª SL

Relatora: Deputada Hortense Martins (PS)

De seguida, foi apresentado pela Senhora Deputada Hortense Martins (PS) o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 88/XII/1.ª. Defendeu ainda que fossem solicitados pareceres à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e à DECO, tal como proposto na nota técnica, bem como à Comissão Nacional de Proteção de Dados e ao Conselho Nacional do Consumo.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 89/XII/1.ª (GOV) – Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno

Relator: Deputado Duarte Cordeiro (PS)

O Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) apresentou então o parecer relativo à Proposta de Lei n.º 89/XII/1.ª.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à inspeção técnica periódica dos veículos a motor e seus reboques e que revoga a Diretiva 2009/40/CE e Anexo [COM(2012)380], a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 1999/37/CE do Conselho relativa aos documentos de matrícula dos veículos [COM(2012)381], Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à inspeção técnica na estrada dos veículos comerciais que circulam na União e que revoga a Diretiva 2000/30/CE e Anexo [COM(2012)382]

Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 91/XII/ 2.^a SL

Finalmente, a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) apresentou o parecer sobre as COM(2012)380, COM(2012)381 e COM(2012)382.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

9. Outros assuntos.

Neste ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente informou que baixou à Comissão, para apreciação na especialidade, a PPL n.º 94/XII/1.^a, e fixou o prazo de 3 semanas para apresentação de propostas de alteração.

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) usou da palavra para referir que no dia seguinte seria comemorado o Dia Mundial do Turismo e que tinha notícia de que nesse dia seria apresentado pela Secretária de Estado do Turismo o novo Plano Estratégico Nacional para o Turismo. Lembrou então as afirmações da Secretária de Estado na última audição na Comissão, tendo-se disponibilizado a apresentar este Plano no início da sessão legislativa na Comissão, e defendeu que a sede de apresentação de tão importante documento deveria ser mesmo esta. Assim, informou que iria apresentar um requerimento para audição da Secretária de Estado do Turismo na Comissão.

De seguida, o Senhor Presidente deu conta das datas propostas pelo Governo para audição do Ministro da Economia e do Emprego na Comissão ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento, a saber, 24 de outubro de 2012, 30 de janeiro de 2013 e 8 de maio de 2013, não tendo havido oposição de qualquer grupo parlamentar às datas apresentadas.

Finalmente, o Senhor Presidente informou sobre a marcação das restantes audições sobre o sistema de pagamento eletrónicos utilizando os cartões de débito e de crédito: a APED a 3 de outubro, às 11h30m; a Caixa Geral de Depósitos e a Associação Portuguesa de Bancos a 10 de outubro, às 10 h, sendo que ambas as instituições indicaram a mesma pessoa, o Dr. Norberto Rosa, para as representar perante a Comissão; a Autoridade da Concorrência no dia 10 de outubro, às 11h30m; e o Banco de Portugal, no dia 17 de outubro, às 10h.

10:00



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 91/XII/ 2.^a SL

Audiência à AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares, sobre o sistema de pagamentos eletrónicos utilizando os cartões de débito e de crédito, na sequência de um requerimento do PSD.

De seguida, realizou-se a audiência à AHRESP, tendo o Senhor Presidente dado as boas-vindas aos seus representantes e a palavra ao Comendador Mário Pereira Gonçalves e, depois, ao Sr. José Manuel Esteves, para uma intervenção inicial.

Foram formuladas perguntas pelos Senhores Deputados Eduardo Teixeira (PSD), Fernando Serrasqueiro (PS), João Paulo Viegas (CDS-PP) e Agostinho Lopes (PCP), tendo o Sr. José Manuel Esteves respondido aos Senhores Deputados individualmente.

A audiência foi objeto de gravação na íntegra, encontrando-se disponível na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de setembro de 2012.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 91/XII/ 2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
Basílio Horta
Hélder Sousa Silva
Maria Paula Cardoso
Nuno Serra
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Luís Menezes
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus